



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR ESCUTAS TELEFÔNICAS CLANDESTINAS/ILEGAIS, CONFORME DENÚNCIA PUBLICADA NA REVISTA “VEJA”, EDIÇÃO 2022, Nº 33, DE 22 AGOSTO DE 2007

**Requerimento n.º , de 2008
(Do Sr. Vanderlei Macris)**

Solicita ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal o envio de cópia do inteiro teor dos depoimentos prestados por Francisco Ambrósio do Nascimento e por Idalberto Matias de Araújo, nos procedimentos destinados à investigação de sua participação na “Operação Satiagraha”.

Senhor Presidente,

Requeiro à Vossa Excelência, nos termos do § 3º do art. 58, e § 2º do art. 50, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que seja requisitado ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal o envio de cópia do inteiro teor dos depoimentos prestados por Francisco Ambrósio do Nascimento e por Idalberto Matias de Araújo, nos procedimentos destinados à investigação de sua participação na “Operação Satiagraha”.

JUSTIFICAÇÃO

Durante os trabalhos de investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito restou caracterizada uma ampla rede de agentes envolvidos na Operação Satiagraha, que em muito transcendeu os quadros institucionais da Polícia Federal, envolvendo agentes da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, do extinto Serviço Nacional de Informações – SNI e dos serviços de inteligência das Forças Armadas, os quais tiveram acesso a material sigiloso e podem ter realizado, igualmente, interceptações clandestinas de dados e de comunicações telefônicas.

Essa situação foi detalhadamente descrita na última edição da Revista Época, cuja matéria tem o seguinte teor:



“Comando paralelo

Para investigar o banqueiro Daniel Dantas, o delegado Protógenes Queiroz teve o apoio dos serviços secretos das Forças Armadas

Rodrigo Rangel e Andrei Meireles

Embora a expressão Satiagraha, em sânscrito, queira dizer resistência pacífica e silenciosa, a operação policial do delegado Protógenes Queiroz que levou esse nome não foi uma coisa nem outra. Envolveu ações truculentas e humilhantes, como a prisão do ex-prefeito Celso Pitta, retirado de casa algemado, diante das câmeras de TV. Produziu a prisão do banqueiro Daniel Dantas, que por duas vezes saiu da cadeia graças a habeas corpus assinado pelo Supremo Tribunal Federal. Já se sabia que a operação mobilizara oficiais da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), o serviço de informações que serve à Presidência da República, e produziu escuta telefônica de lobistas, políticos, amigos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de empresários, jornalistas e mesmo de Gilberto Carvalho, secretário particular do presidente. Mas não foi só isso. A Operação Satiagraha teve também vínculos com oficiais da ativa dos serviços secretos das Forças Armadas. A linha hierárquica desses oficiais vai até, em última instância, o ministro da Defesa, Nelson Jobim.

O comando paralelo da operação foi formado em fevereiro. Convencido de que fora abandonado pela direção da Polícia Federal, que não oferecia os recursos nem os homens que considerava indispensáveis para o serviço, Protógenes convocou diversos militares para uma conversa num café de Brasília. Um dos personagens mais importantes desse encontro foi o major da Aeronáutica Paulo Ribeiro Branco Junior.

Com 50 anos de idade, o major Branco tornou-se amigo de Protógenes há dois anos, quando ambos assistiram a um curso de Inteligência Estratégica na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro. ÉPOCA procurou o major Branco. “Não quero e nem vou falar sobre esse assunto”, disse. Embora hoje esteja lotado na área de educação da Aeronáutica, Branco fez carreira na área de inteligência e mantém vínculos e contatos nesse setor. Foi membro do Cisa, o serviço secreto da Aeronáutica. Branco compareceu à reunião do café em companhia de dois militares, que conhecia de seus tempos como araponga. Um deles era Francisco Ambrósio do Nascimento, espião aposentado, que seria chamado a fazer pequenos serviços para Protógenes, como analisar documentos e e-mails grampeados, em troca de um salário mensal de R\$ 1.500. O vencimento era pago em dinheiro vivo e retirado da verba secreta que Protógenes tinha direito a usar na operação, prestando contas regularmente. O outro era o sargento Idalberto Matias de Araújo, personagem conhecido das sombras de Brasília. Ele teria um papel mais destacado na Satiagraha. Foi uma espécie de braço direito de Protógenes ao longo da operação.

Conhecido em Brasília como “Sargento Dadá,” com 47 anos, Idalberto é um especialista em operações secretas de impacto. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, investigou ligações de Elcio Alvares, então ministro da Defesa, com o crime organizado no Espírito Santo. O caso acabou por tirar Elcio do governo. Na época, seu superior no serviço secreto era o major Branco, o mesmo presente ao café com Protógenes. Segundo fontes da Abin, ao lado de outros arapongas, Dadá é conhecido por atuar no mercado paralelo de dossiês contra políticos e empresários que anima o cotidiano de Brasília. Ele é amigo do sargento da PM Jairo Martins, ex-SNI. Martins alimentou tantas reportagens escandalosas que ficou célebre por declarar numa CPI que sonhava em ganhar o Prêmio Esso de Jornalismo – o que ainda não conseguiu.

Dadá é considerado um operador de mão-cheia, com talento especial para seguir alvos sem ser descoberto. Também tem fama, no mercado profissional, de ser quase imbatível na tarefa de produzir grampos. “Sugeri o nome do Ambrósio”, disse Dadá a ÉPOCA. Mas ele afirma: “Não participei da operação e não tenho nada a ver com grampos clandestinos”. Essa versão não é de todo convincente. À frente de um inquérito sobre possíveis irregularidades na Operação Satiagraha, a procuradora da República no Distrito Federal Lívia Tinoco colheu depoimento de Dadá na segunda-feira.

Filho de militar do Exército, Protógenes decidiu apurar uma suspeita que apareceu nas investigações e ficou registrada em grampos telefônicos – a contratação de um oficial do Exército que, formado no Instituto Militar de Engenharia, foi trabalhar no grupo



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Opportunity, do empresário Daniel Dantas. Convencido de que não se tratava de uma simples contratação de profissionais, mas de uma forma de aliciamento, Protógenes pediu apoio ao próprio comandante do Exército, general Enzo Peri, para que confirmasse algumas informações sobre o oficial. Conseguiu. “O comandante colocou o gabinete para cuidar do assunto”, diz Protógenes. Ele também fez contatos nos serviços reservados da Marinha e da Aeronáutica. Aos primeiros, pediu ajuda para identificar e localizar três veleiros de propriedade de Daniel Dantas. A informação acabou sendo fornecida pelo próprio banqueiro, ao ser preso: dois barcos estavam ao mar em Salvador e o terceiro em Trinidad e Tobago. Na Aeronáutica, ele pediu a localização de aviões de uso exclusivo. A inteligência da Aeronáutica produziu um relatório que apontava para quatro aviões, entre eles um Airbus, “igual ao do presidente Lula”, segundo descreve um agente próximo das investigações.

Há dez dias, quando chegou a notícia de que a imprensa revelaria a presença de Francisco Ambrósio do Nascimento nos bastidores da Satiagraha, ocorreu um jantar de arapongas em Brasília. Até então, as conexões militares da operação eram um segredo fechado. A maioria dos observadores sabia que Protógenes conseguira o apoio da Abin do delegado Paulo Lacerda, mas não fazia idéia da participação de militares, que obedecem a outra disciplina e cumprem outras obrigações.

A idéia dos presentes era assegurar que a descoberta de Ambrósio não abrisse portas para localizar demais integrantes – mais graduados – que participaram da operação. O encontro foi realizado numa pizzaria. Caso a investigação ficasse concentrada apenas em Ambrósio, os demais teriam chance de salvar a própria pele. Estavam presentes três hierarcas da Abin, todos afastados depois que veio a público a denúncia do grampo no telefone de Gilmar Mendes, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). Um deles era José Milton Campana, número dois da Abin. Outro era Renato Porciúncula, assessor de Paulo Lacerda. O terceiro era Paulo Maurício Fortunato, diretor de contra-inteligência. Foi Paulo Maurício quem localizou Ambrósio, que estava fora da cidade, e convenceu-o a comparecer ao encontro. Como diz um dos presentes, eles pretendiam saber se Ambrósio “teria uma informação bombástica”. O ambiente era tenso. Um dos presentes informou que o delegado Daniel Lorenz, atual diretor de inteligência da Polícia Federal, colocara uma equipe de policiais de sobreaviso para, caso houvesse necessidade, tomar o depoimento de Ambrósio já naquela madrugada. Passava das 2 da manhã quando o delegado Porciúncula telefonou para Lorenz. “O cara é sangue doce. Não tem nenhuma bomba”, disse. Porciúncula foi modesto. Ambrósio revelou a participação do sargento Dadá nas operações – informação que só poderia ampliar o escândalo.

O depoimento de Ambrósio acabou marcado para o sábado. Temeroso de encarar um interrogatório sozinho, no fim do jantar ele pediu a Porciúncula que estivesse presente. O que aconteceu a seguir é contado em duas versões. Conforme dois dos presentes relataram a ÉPOCA, Porciúncula concordou com o pedido, e na última hora não apareceu. De acordo com o relato do próprio Porciúncula a um interlocutor, ele avisou Ambrósio de que não poderia comparecer.

Ambrósio foi desacompanhado à sede da Polícia Federal. Não tinha nem advogado. O combinado era um depoimento informal. Em determinado momento, o delegado Rômulo Berredo, ele próprio um ex-agente da Abin, interrompeu a conversa para dizer que seria obrigado a “reduzir o depoimento a termo”. Ambrósio negou ao delegado que tenha participado de escutas clandestinas. Disse que sua principal tarefa era examinar e analisar e-mails dos alvos da operação. Mas abriu um flanco perigoso para o futuro da Operação Satiagraha. Disse que, durante seu trabalho com Protógenes, teve acesso a um antigo disco rígido de Daniel Dantas, que se encontra em mãos da Polícia Federal desde 2004, protegido por segredo de Justiça. Esse depoimento é um problema para Protógenes. Pode servir de argumento aos advogados de Dantas para anular o inquérito.

Ao tomar conhecimento do teor das declarações do antigo auxiliar, Protógenes reagiu com dureza: “Ele mentiu. Nunca teve acesso a material sob segredo”. Protógenes comentou com um amigo, na semana passada: “Ambrósio quis me dar um tiro, mas acertou a própria cabeça”. No universo de arapongas de Brasília, a dúvida é saber se



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ambrósio falou a verdade ou se foi instruído a fazer uma revelação muito conveniente aos interesses de Dantas.

As novas revelações podem inspirar o país a rever a atividade de seus serviços de inteligência

O próprio Protógenes, que não costuma economizar no direito à suspeita, estranha o comportamento de Ambrósio, em quem depositava confiança quase absoluta. Ele receia que Ambrósio tenha mudado de lado e esteja colaborando com seus adversários para desmoralizá-lo. Nos últimos dias, Protógenes tentou falar com Ambrósio ao telefone e não conseguiu.

A descoberta de um comando militar na Operação Satiagraha coloca um nó nas investigações iniciadas com a revelação de um diálogo entre o ministro Gilmar Mendes e o senador Demóstenes Torres (DEM-GO). O escândalo foi tão grande que o Planalto se sentiu, nas primeiras 24 horas, na obrigação de dar uma satisfação rara na liturgia do governo Lula – demitir um auxiliar responsável. “Era uma forma de mostrar nossa insatisfação com o que aconteceu e de apurar os fatos em todas as conseqüências”, diz um ministro.

Nos primeiros dias, coube ao ministro da Defesa, Nelson Jobim, cumprir o papel de ponta-de-lança na crítica ao delegado Paulo Lacerda, diretor-geral da Abin. Jobim foi decisivo para conseguir o afastamento provisório de Lacerda de seu cargo. Ele acusou a Abin de comprar maletas que permitiam fazer grampos telefônicos. Jobim enfrentou dois contratemplos: o primeiro foi a revelação de que o próprio Exército comprara as maletas. Além disso, seus técnicos asseguraram que as maletas não serviam para grampos, apenas para varreduras. Evitando grande constrangimento, Jobim adiou um depoimento marcado para a semana passada, na CPI das escutas clandestinas.

O segundo contratempo ocorreu na mesma semana em que o envolvimento de agentes da Abin na Operação Satiagraha levou o Planalto a afastar definitivamente Lacerda e seus auxiliares diretos. Procurado por ÉPOCA na sexta-feira, Jobim se encontrava em Porto Alegre e mandou dizer que desconhecia o envolvimento de militares da ativa na operação. Em nome do comandante do Exército, o Centro de Comunicação Social do Exército divulgou nota em que diz que as alegações do delegado “não têm fundamento”. A nota acrescenta ainda que não houve “participação institucional com a Polícia Federal na operação citada”. O Centro de Comunicação afirma também que esclareceu o destino profissional de um ex-aluno do Instituto Militar de Engenharia que deixou a farda.

Poço cheio de mistérios, a Operação Satiagraha segue produzindo perguntas na mesma quantidade de respostas. Até hoje, ninguém sabe o conteúdo dos discos rígidos apreendidos na residência do banqueiro Daniel Dantas, que o delegado Protógenes Queiroz assegura serem capazes de “abalar a República”. Se isso é verdade ou não, cabe a um novo delegado, Ricardo Saadi, que herdou o inquérito, oferecer a resposta. Outro mistério diz respeito aos métodos da operação. A presença de militares da ativa numa atividade que deveria ser exclusiva da polícia e do Poder Judiciário representa um novo fator de preocupação. Ninguém sabe até onde vai essa relação promíscua entre policiais, arapongas ligados à Presidência da República e os serviços secretos das Forças Armadas. Nos últimos dias, os dirigentes dos principais serviços de informação do país compareceram diversas vezes ao Congresso, para dar explicações. A maioria não convenceu. As novas revelações podem inspirar o país a passar essa atividade a limpo”.

Desse modo, o envolvimento de Francisco Ambrósio do Nascimento e de Idalberto Matias é tema de interesse direto para esta Comissão de Inquérito, sendo que o acesso ao teor de seus depoimentos na Polícia Federal e no Ministério Público Federal é imprescindível para que os membros desta CPI possam tomar pleno conhecimento de suas declarações, desenvolvendo, a partir delas, suas próprias investigações.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ademais, o acesso imediato às declarações acima mencionadas contribuirão para a celeridade dos trabalhos desta CPI e caracterizarão recurso fundamental para o aprofundamento de suas ações investigatórias.

Assim, torna-se necessário a esta Comissão o acesso ao inteiro teor dos depoimentos em questão, para que sejam apuradas as condutas e as eventuais irregularidades no tratamento de dados sigilosos na Operação Satiagraha e em outras ações de inteligência de que tiverem conhecimento Francisco Ambrósio do Nascimento e Idalberto Matias de Araújo.

Sala da Comissão, de setembro de 2008

**Deputado VANDERLEI MACRIS
PSDB/SP**